

**Teses e Dissertações/
*Thesis and Dissertations***

Autor (a): Alessandra Santos Nascimento

Título: A construção da nação arco-íris: problematizando o quesito raça/cor (1936-1960)

Nível: Mestrado

Defesa: 06/07/05

Resumo: A presente dissertação é resultado de um estudo acerca do referencial teórico que influenciou a construção e consolidação do quesito raça/cor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no período de 1936 a 1960. O caminho por nós escolhido para compreender a construção de tal quesito foi o diálogo entre a hermenêutica (RICOEUR, 1969) e a análise de conteúdo (BARDIN, 1977), no processo de interpretação dos artigos da Revista Brasileira de Geografia e da Revista Brasileira de Estatística, do referido Instituto. Seja na revista de Geografia, seja na de Estatística foram selecionados e interpretados os artigos com os seguintes temas: identidade, unidade e segurança nacional; colonização e imigração; educação, saúde e cultura nacional; questão agrária, divisão do território nacional e mudança da capital federal. Semelhante escolha se justificou à medida que tais temas expressavam as questões teóricas e políticas, postas em discussão, pelas obras de diferentes tendências intelectuais dentro e fora do IBGE no período analisado. E, permitiam que entrevíssemos parte das razões das escolhas (políticas e teóricas) adotadas pelo Instituto, na dinâmica entre as informações censitárias e as políticas públicas. Ao mobilizarmos os diferentes discursos ibgeanos, presentes nas revistas, sugerimos algumas diretrizes para entender como a ambigüidade tornou-se um recurso para explicar e propor soluções para o Brasil Nação: sociedade misturada e não segregada. Neste contexto, procuramos delinear algumas considerações sobre como a categoria cor tornou-se fundamental no sistema classificatório racial ibgeano, permitindo atualizar o conceito de raça nas décadas de 1930, 1940 e 1950, no Brasil, a partir de um significado teórico e retórico enrijecido de cultura.

Autor (a): Alexandre Marques Mendes

Título: Classe trabalhadora e Justiça do Trabalho: experiências, atitudes e expressões do operário do calçado (Franca/SP, 1968-1988)

Nível: Doutorado

Defesa: 09/11/05

Resumo: Na presente tese de doutorado, procuramos refletir acerca da formação social e configuração de uma dinâmica de classe por parte do operariado do calçado (sapateiros) em Franca-SP no período que vai de 1968 a 1988, momento histórico

que caracteriza a consolidação do município como pólo calçadista de significativa importância nacional e internacional. Nesse contexto, a inserção de trabalhadores em um universo que a eles era estranho, circunscrito à vigilância da fábrica e marcado por uma disciplina intensa, inventa o sentido de “ser sapateiro”, que ultrapassa a barreira das classes sociais e é sempre costurado pela valorização do trabalho. A perspectiva de abordagem adotada insere os direitos trabalhistas, via Justiça do Trabalho, no amplo leque de vivências e experiências da classe trabalhadora, as quais podem estar ou não alinhadas a instituições como o sindicato ou o partido político. A análise aqui apresentada indica que a dinâmica de judicialização das relações de trabalho, que levou à crescente demanda de processos trabalhistas nos anos 70-80, tenha certamente influenciado o substantivo aumento dos mesmos por todo Brasil na década de 1990. A pesquisa teve como principal substrato empírico os processos trabalhistas custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de Franca/ SP, fonte interpretada por meio de tratamento estatístico e da análise qualitativa.

Autor (a): Aparecida do Rocio Freitas

Título: Reações da universidade pública a reforma administrativa do Estado

Nível: Doutorado

Defesa: 08/12/05

Resumo: A presente tese versa sobre as reações da Universidade Pública a Reforma Administrativa do Estado. O objetivo é identificar as reações ocorridas na comunidade universitária, decorrente da proposta de transformações à Universidade Pública estabelecidas no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Aborda o movimento de redefinição da esfera pública (ressalta a Universidade) tendo por meta a reorganização desse espaço social, sob a égide da teoria gerencial que destaca a valorização da administração privada, a descentralização, a autonomia, mas com controle centralizado por resultados. Aborda também, as reações transformadas em ações nas Universidades Públicas. O corpus da pesquisa é documental, analítica-dedutiva. Depreende através desse estudo, que a comunidade universitária considera a proposta de Reforma Administrativa envolve a mercadorização da Universidade Pública. Isto é, um passo significativo que leva ao processo de privatização. A reação foi contrária ao projeto porém, buscou refletir e propor alterações com a finalidade de se adequar às novas exigências do contexto global. Em razão da natureza da Universidade Pública, as transformações são lentas e ocorrem a medida que a cultura universitária absorve a necessidade de auto-reformar-se.

Autor (a): Débora Cristina de Carvalho

Título: Transformações no processo de trabalho na sociedade unidimensional

Nível: Mestrado

Defesa: 01/08/05

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar as transformações no processo de trabalho verificadas na sociedade que Herbert Marcuse denominou de “sociedade unidimensional”. Para isso examinamos primeiramente os conceitos de técnica e tecnologia utilizados pelo autor, os quais não são equivalentes. Segundo ele, tecnologia implica um “processo social”, uma “lógica da dominação”. Após essa distinção, analisamos o que caracteriza tal tipo de sociedade, investigando suas novas formas de controle e as modificações no processo de trabalho.

Autor (a): Elias Canuto Brandão

Título: Limites, avanços e desafios da participação popular no orçamento participativo

Nível: Doutorado

Defesa: 19/12/05

Resumo: A presente tese estuda o surgimento do Orçamento Público observando que planejar e administrar ações governamentais foram historicamente atividades políticas praticadas por diferentes governos e nações, entre elas, o Brasil, desde o início do século XIX. A partir da constatação histórica de que o orçamento público é uma necessidade política, estudamos o projeto de Orçamento Participativo de Maringá objetivando compreender o processo de participação popular na elaboração do Orçamento Público, seus limites, seus desafios e seus avanços, privilegiando particularmente o período de 2001 a 2004. Entre as equações estudadas, encontra-se a questão de saber quais são os limites e os desafios que se antepõem a esta modalidade de participação, bem como a questão de saber quais são suas reais possibilidades de avanços, quais suas principais funções e em que medida o Orçamento Participativo pode ser efetivamente considerado como uma prática alternativa no âmbito do Orçamento Público. Utilizamos como metodologia para o desenvolvimento da investigação, além da elaboração de um pequeno histórico do Orçamento Público, a realização de entrevistas com 32 pessoas de Maringá: delegados, conselheiros, cidadãos que participaram das assembléias gerais e das reuniões nos bairros, incluindo entrevistas com integrantes do governo de Jairo Gianotto, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB – 1999-2000) e do governo de José Cláudio e João Ivo, do Partido dos Trabalhadores (PT), na gestão 2001-2004. Palavras-chave:

Orçamento Participativo; participação popular; democracia participativa; orçamento público; gestão municipal; sociedade civil.

Autor (a): Elielson Carneiro da Silva

Título: Orçamento Participativo: a experiência de Araraquara. Um estudo de caso sobre um modelo de gestão local dos recursos públicos por meio da participação popular

Nível: Mestrado

Defesa: 05/07/05

Resumo: Este trabalho tem como objeto de estudo o Orçamento Participativo da cidade de Araraquara/SP. Para analisar esse caso específico, foi feita uma reflexão teórica sobre o modelo de desenvolvimento democrático ocidental ao longo dos três últimos séculos, retomando desde os jusnaturalistas e passando pelo pensamento social dos séculos XIX e XX. Procurou-se, ainda, abordar a forma peculiar pela qual o Brasil se inseriu neste processo de democratização. Discutem-se duas experiências pioneiras na implantação do Orçamento Participativo: Porto Alegre e Santo André. A partir da reflexão teórica sobre democracia e da análise dessas duas experiências, é realizada uma discussão sobre a experiência de Araraquara. Além disso, a participação nas atividades do OP, bem como os materiais adquiridos junto à Prefeitura Municipal de Araraquara, foram subsídios importantes para esse trabalho. A análise das experiências abordadas nessa dissertação possibilita afirmar a importância desse mecanismo de democratização da gestão pública na esfera local, já que se trata de um processo em que, de fato, a população participa - particularmente nos modelos em que todo o recurso para investimentos é decidido no OP. O presente estudo qualificou as experiências bem-sucedidas de Orçamento Participativo a partir dos elementos: a) aumento do número de participantes ao longo do governo; b) grau de intervenção real da sociedade civil sobre a definição dos investimentos e c) execução dos Planos de Investimentos definidos no OP. A partir de tais elementos foi possível concluir que a melhor experiência em termos de democratização foi Porto Alegre, na qual todos esses elementos foram encontrados, ao passo que o OP de Araraquara, apesar de ter um mecanismo de definição dos investimentos semelhante ao de Porto Alegre, falhou na execução dos Planos de Investimentos.

Autor (a): Janaína Alexandra Capistrano da Costa

Título: As relações entre Executivo e Legislativo no contexto da crise da democracia chilena em 1973

Nível: Mestrado

Defesa: 04/07/05

Resumo: Em setembro de 1973 uma violenta intervenção militar marcou o fim do governo de Salvador Allende e o colapso do sistema democrático chileno. A “experiência chilena”, como ficou conhecida a tentativa de se efetuar a transição ao socialismo por meio das instituições do Estado democrático representativo no Chile entre 1970 e 1973, se trata de um processo político que pode ser reconhecido, dentre outros fatores, pela polarização ideológica do sistema de partidos e pela ascendente deslegitimação das instituições políticas. O objetivo deste trabalho de pesquisa foi analisar a institucionalização da dinâmica da luta política característica do sistema de partidos chileno, através das relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante esse processo. A hipótese central desenvolvida neste estudo foi a de que a citada institucionalização conduziu as relações entre estes poderes a um profundo conflito que teria estancado a funcionalidade do regime político e contribuído decisivamente, não só para a queda do governo, mas também para a queda do sistema democrático. Desse modo, buscou-se visualizar os termos da democracia chilena no contexto da vitória de Allende em 1970, bem como realizar um mapeamento do marco constitucional, já que estabelecia as regras de atuação do regime presidencialista chileno. No presente trabalho foi, ainda, desenvolvida, uma discussão sobre as interpretações político-institucionais sobre a crise da democracia no Chile, buscando, sobretudo, problematizar a tese de Arturo Valenzuela (1989), de acordo com a qual o presidencialismo chileno teria se constituído num fator determinante do epílogo de 11 de setembro de 1973.

Autor (a): Luciana Cristina Caetano de Moraes Silva

Título: Criminalização e resistência: os processos criminais e a luta pela terra no Pontal do Paranapanema (1995-2002)

Nível: Doutorado

Defesa: 17/10/05

Resumo: Esta tese tem por objetivo analisar a violência exercida pelo Estado, através da edição de medidas repressivas e criminalizadoras, contra as lideranças do MST, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e os mecanismos de resistência gerados pelo Movimento na tentativa de promover a descriminalização de

seus membros. Para a execução da pesquisa, foi necessário, além da análise de uma literatura específica sobre o tema, o levantamento de processos criminais contra as lideranças do MST junto à Secretaria de Direitos Humanos do Movimento e ao fórum da Comarca de Teodoro Sampaio, região do Pontal do Paranapanema. Entrevistas com as lideranças do MST, que foram alvo de processos criminais e seus advogados, bem como o Promotor de Justiça e o Juiz da Comarca de Teodoro Sampaio, foram realizadas com o objetivo de compreendermos os argumentos e instrumentos jurídicos utilizados por ambas as partes na promoção da criminalização, como na criação de mecanismos de resistência. A análise dos dados coletados permitiu-nos observar os processos criminais como uma história das relações de poder à medida que as lideranças do MST não se subjugaram ao poder do Estado sem resistir. Assim, se, por um lado, a violência estatal gerou a criminalização, do outro, ela também acabou gerando mecanismos de resistência, posicionando a justiça como um espaço de luta e o direito como uma de suas ferramentas.

Autor (a): Maria Aparecida Silva

Título: Mulheres negras adolescentes no ensino médio: discriminação e desafio

Nível: Mestrado

Defesa: 29/07/05

Resumo: As mulheres adolescentes negras, ao construírem para si um projeto de vida, estão se colocando com disposição de criar uma situação de questionamento de não aceitação dos lugares que estão colocados para elas na sociedade. Essas adolescentes, independentemente de não ter explícito quais são as reais facetas do racismo, de estar tão recentemente na construção de sua consciência de negritude, se propõe a uma luta que é a modificação da mentalidade da sociedade em relação às diferenças étnico-raciais. Podemos perceber que essa atitude é uma nova forma de manifestação que prima por diretos que reconheçam a diferença. A instituição escolar que é uma das formadoras de capital cultural, precisa estar atenta a essas mudanças de reivindicações que estão ocorrendo por parte de grupos étnico-raciais, para poder construir no espaço escolar uma compreensão de como se estabelecem as relações raciais nesse universo. Isso se faz necessário para que possamos criar no espaço escolar o respeito pelas diferenças.

Autor (a): Mariana Pereira da Silva

Título: A representação da violência pelos jovens na cidade de Marília-SP

Nível: Mestrado

Defesa: 08/09/05

Resumo: Este texto teve o propósito de apresentar uma análise, tendo como base as manifestações da violência e a sua disseminação na visão dos jovens na cidade de Marília. Como atividade programada no mestrado, entramos em contato com 2 escolas, nas quais fizemos estágio da Licenciatura em Ciências Sociais, partindo da divisão do tema em algumas categorizações de análise (jovem/violência/cidade/representação, entre outros), a fim de trazer para o cenário da universidade o cotidiano, as vivências através das falas desses sujeitos sociais que participaram de um debate, como também tentar apreender o seu conteúdo, desde as observações mais críticas, até aquelas que reforçam visões preconceituosas em relação a eles mesmos e o seu envolvimento em atos violentos, onde aparecem tanto como as maiores vítimas como indiciados de algum delito. Este estudo se respaldou num método bastante utilizado pelos cientistas sociais nos últimos tempos que são os relatos orais, em que percebemos o quanto é fundamental trabalhar com tal recurso no resgate da vivência individual inserida num todo - o social. A pesquisa qualitativa foi realizada através da aplicação de questionários e uma discussão em grupo focalizando jovens na faixa etária de 17 a 20 anos, em 2002-2004, e a pesquisa quantitativa através de dados oficiais de ocorrências policiais, em 2003, buscando a compreensão do grupo pesquisado. Neste contexto foi possível criar um espaço para discutir as várias manifestações deste fenômeno, partindo do respeito à condição juvenil, vistos como sujeitos sociais capazes de pensar a sua própria realidade, levando em consideração a sua referência positiva seja na escola ou no bairro e a nossa preocupação foi a de extrair das pessoas envolvidas nesse processo os elementos necessários para nossa reflexão.

Autor (a): Reinaldo dos Santos

Título: Mídia, democracia e coronelismo eletrônico: homens de mídia e política eleitoral em Ribeirão Preto

Nível: Doutorado

Defesa: 04/11/05

Resumo: A tese se insere no campo de abordagens da cultura política brasileira e discute a relação entre mídia e eleições, configurando as implicações de um acesso desigual aos meios de comunicação de massa para o regime democrático. Numa perspectiva multidisciplinar entre História, Sociologia, Política e Comunicação, analisa a relação entre o estúdio, como lugar de atuação de homens de mídia -

jornalistas, locutores e/ou concessionários de emissoras de rádio e TV -, e a tribuna, entendida como o ofício de parlamentares e autoridades do Poder Executivo, no contexto das eleições e das políticas de concessão de emissoras, realizadas no período 1974-2004. A análise da relação entre as distorções nos processos de concessão de emissoras e os efeitos do uso da mídia nos resultados eleitorais, configura-se como o principal objetivo da investigação.

Autor (a): Wagner Taveira da Silva

Título: O pensamento de Djacir Menezes na década de 30: um olhar sobre o outro Nordeste

Nível: Mestrado

Defesa: 01/09/05

Resumo: O objetivo do trabalho é analisar as idéias do pensador cearense Djacir Menezes formuladas no final dos anos 20 até 1937. O jovem Djacir iniciou a sua trajetória atuando como articulista de alguns jornais cearense buscando analisar os principais acontecimentos políticos, sociais e culturais que estavam ocorrendo no país. Suas matérias que tinham uma preocupação nacional não deixaram de olhar para a sua região e especificamente para o seu estado natal, que ficou profundamente marcado pelas disputas oligárquicas ele buscou entender os fatos que criaram os obstáculos para uma possível modernização. Nesse sentido tentar entender as especificidades da sua obra estão diretamente relacionados com o debate que se estabelece na época sobre a sociedade brasileira. Debate que no contexto da crise da Primeira República constitui forças sociais relevantes para a formação da hegemonia de um Estado unitário, centralizador e autoritário deflagrado com a Revolução de 30

Autor (a): Rosane Carvalho Messias

Título: Fazenda Palmital: da escravidão ao trabalho livre

Nível: Doutorado

Defesa: 11/07/05

Resumo: O presente estudo diz respeito à organização do trabalho e as relações entre fazendeiro, escravos, libertos e imigrantes na Fazenda Palmital, situada no interior do Oeste Paulista, no município de São Carlos do Pinhal, entre os anos de 1885-1917. Examinamos as diferenças da vida econômica entre escravos, imigrantes e libertos no período de 1885 a 1888. Procuramos trazer para a arena dos debates as

vantagens e desvantagens do regime de colonato frente ao escravismo. Analisamos as formas de controle instituídas pelo fazendeiro para assegurar a mão de obra na lavoura cafeeira neste momento crucial do fim do escravismo. Examinamos também as mudanças que ocorreram na organização do trabalho na Fazenda Palmital depois da Abolição. Demonstramos o volume e a variedade de tarefas exigidas e executadas no dia a dia da fazenda. Procuramos discutir o papel da fazenda cafeeira frente à nova era da cafeicultura paulista, onde a presença das grandes companhias agrícolas cafeeiras foram significativas.

Autor (a): Maraísa Bezerra Lessa

Título: A política cultural do Serviço Social do Comércio – SESC – em São Paulo: uma análise crítica

Defesa: 12/07/05

Nível: Mestrado

Resumo: O trabalho apresenta um mapeamento e análise crítica das diretrizes culturais do SESC SP, de modo a identificar aspectos contraditórios inerentes aos fundamentos teóricos e institucionais da entidade. A partir dos estudos de Walter Benjamin, Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Fredric Jamerson, é realizada uma reflexão sobre o papel do SESC nas atuais condições de produção e sua relação com o indústria cultural brasileira, investigando em que medida a entidade constitui espaço alternativo resistente à industrialização massiva da cultura. A reflexão sobre esta problemática leva a perceber que mesmo abrindo espaço à produção cultural, independente, em última instância, o SESC não resiste à lógica da indústria cultural, tornando-se extensão dela.